

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE – PE  
CONCURSO PÚBLICO 2024**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

**NOME:**

**CPF:**

**NÍVEL: SUPERIOR**

**CARGO: 01 – TÉCNICO CONTROLE INTERNO**

**Leia com atenção:**

1. Na Folha Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta PRETA);
2. A Folha Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinada. Essa Folha Resposta não poderá ser substituída, portanto, não a rasure nem a amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento da Folha Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre do envelope, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.



**1ª PARTE**  
**15 QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**TEXTO 1**

Numa pequena cidade do interior, onde as casas exibiam varandas floridas e ruas de paralelepípedos acompanham a serenidade do lugar, Joana, a florista mais conhecida, distribuía sorrisos e flores com a mesma generosidade. Seus dias, repletos de cores e perfumes, começavam ao raiar do sol, momento em que abria as portas de sua charmosa loja na praça central. 'Amigos', ela exclamava com frequência, 'a beleza está nos olhos de quem vê!'. Entretanto, numa tarde qualquer, um vento inesperado trouxe nuvens carregadas que desabaram em chuva violenta, e as pessoas recolheram-se rapidamente, deixando a praça e Joana em um silêncio atípico. ( **HOFFMAN**, Mary (2003). *Meu Primeiro Livro de Contos de Fadas*. São Paulo: Companhia das Letras.)

01- A expressão 'numa tarde qualquer' pode ser classificada como:

- A. Aposto
- B. Adjunto adverbial
- C. Predicativo do objeto
- D. Adjunto adnominal
- E. Vocativo

02- Qual dos seguintes termos é um exemplo de vocativo presente no texto?

- A. “rua de paralelepípedos”
- B. “nos olhos de quem vê”
- C. “cidade”
- D. “amigos”
- E. “presente”

03- No primeiro parágrafo, o termo 'varandas floridas' é um exemplo de:

- A. Adjunto adnominal
- B. Aposto
- C. Adjunto adverbial
- D. Vocativo
- E. Predicativo do sujeito

04- No contexto de uma conversa formal, é importante que os estudantes saibam empregar a colocação pronominal correta, de acordo com a norma culta da língua portuguesa. Considerando essa situação, analise a seguinte frase: 'Eu \_\_\_ entregarei o relatório amanhã.' Qual a colocação pronominal correta para preencher a lacuna?

- A. te
- B. me
- C. o
- D. lhe
- E. nos

05- Levando em consideração a colocação pronominal, qual das alternativas a seguir apresenta a frase corretamente adequada à norma culta e à situação comunicativa?

- A. Agradeço muito, né, pela atenção de vocês.
- B. Muito agradeço-lhes pela atenção, viu?
- C. Muito lhes agradeço pela atenção.
- D. Muito agradeço-lhes pela atenção.
- E. Agradeço muito aí pela atenção de vocês.

**TEXTO 2**

“Capitu olhou para o céu, que estava limpo, e disse para mim: — Bentinho, se eu morrer, crê que você vai ter saudades minhas? Não era uma pergunta de criança; aos quinze anos, Capitu tinha reflexões de gente grande, e fazia perguntas correspondentes. 'Você vai ter saudades minhas?' não era apenas uma pergunta, era mais uma afirmação, uma certeza que se vestia de interrogação. Eu, estupefato com a súbita seriedade de Capitu, respondi-lhe que sim, mas desta vez sem rir.” ( **ASSIS**, Machado de. *Dom Casmurro* : romance. São Paulo: Globo, 1997, p. 96-97.)

06- Uma palavra do texto 3 teve o acento gráfico omitido propositadamente. Aponte-a nas alternativas abaixo:

- A. Capitú
- B. correspondêntes
- C. vestía
- D. estupefáto
- E. súbita

07- Ao considerar 'você vai ter saudades minhas?', a expressão 'saudades minhas' é um exemplo de:

- A. Objeto indireto
- B. Adjunto adnominal
- C. Complemento nominal
- D. Objeto direto
- E. Predicativo do sujeito

08- 'João sentiu-se desanimado após o resultado da prova daquele concurso. No entanto, ele continuou estudando e ficou mais confiante de que lograria aprovação'. Considerando a transitividade verbal e nominal e os verbos de ligação no contexto desse trecho, qual das alternativas é CORRETA quanto à classificação dos verbos em destaque?

- A. O verbo 'sentir' é de ligação, o verbo 'ficar' é intransitivo e o verbo 'estudar' é transitivo direto.
- B. O verbo 'sentir' é transitivo direto, o verbo 'ficar' é de ligação e o verbo 'estudar' é intransitivo.
- C. O verbo 'sentir' é intransitivo, o verbo 'ficar' é transitivo direto e o verbo 'estudar' é de ligação.
- D. Os verbos 'sentir' e 'ficar' são ambos intransitivos, enquanto o verbo 'estudar' é transitivo direto.
- E. O verbo 'sentir' é transitivo indireto, o verbo 'ficar' é intransitivo e o verbo 'estudar' é de ligação.

09- Em qual dos trechos uma norma de concordância foi desobedecida?

- A. “Treinador afirma que só acreditará na lesão quando vê-lo no estádio.”
- B. “Após saldo positivo com dividendos extras, mais está por vir para a Petrobrás?”
- C. “Diabético afirma: ‘Dieta e exercício são como insulina para mim.’”
- D. “SUS deve garantir quaisquer consultas a pessoas carentes.”
- E. “Cansaço e fadiga podem ser confundidos com TDAH, diz neurologista.”

10- Assinale o trecho em que o sinal indicativo de crase foi erroneamente aplicado, pois não houve fusão do artigo feminino com a preposição:

- A. “Alerta na Terra do Fogo devido à ameaça de um iceberg muito próximo da costa.”
- B. “Mercado: à espera do PIB americano.”
- C. “Ataque da Ucrânia à praia da Crimeia faz banhistas fugirem do litoral.”
- D. “Taiwan adverte contra viagens à China após ameaça de execução.”
- E. “Novorizontino x Mirassol: ingressos à venda para clássico regional.”

### TEXTO 3



11- É correto afirmar sobre a tirinha que:

- A. Critica a escassez de opiniões embasadas nas experiências vividas.
- B. O personagem relata vivências com um analista imaginário.
- C. A opinião dos pessimistas prevalece segundo os analistas.
- D. Ironiza opiniões baseadas em experiências pessoais do que em análise da realidade.
- E. Os otimistas têm sua opinião hipervalorizada no contexto social.

12- Na frase “Fico com a opinião do analista”, o sujeito da oração é:

- A. oculto
- B. inexistente
- C. simples
- D. indeterminado
- E. principal

### TEXTO 4

“Meu lenço, meu relógio, meu chaveiro,  
minha gravata e cinto e escova e pente,  
meu copo, minha xícara,  
minha toalha de banho e sabonete,  
meu isso, meu aquilo,  
Com que inocência demito-me de ser  
eu que antes era e me sabia  
tão diverso de outros, tão mim-mesmo,  
ser pensante, sentinte e solidário  
com outros seres diversos e conscientes  
de sua humana, invencível condição”

(ANDRADE, Carlos Drummond. *Eu etiqueta* Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16-1-. 1982, Caderno B)

13- Assinale a alternativa correta sobre o trecho do poema do texto 4:

- A. ‘meu’ e ‘minha’ são pronomes demonstrativos e são empregados para reafirmar a necessidade de exhibir os itens que o eu-lírico possui.
- B. Ao repetir ‘meu’ e ‘minha’ ao longo do texto, o eu lírico demonstra o desejo constante de propriedade como causa e finalidade do consumismo.
- C. As palavras ‘isso’ e ‘aquilo’ demonstram o desconhecimento de que o consumismo é bem menos que o desejo de posse de alguém.
- D. o ato de comprar elimina imediatamente o desejo de comprar mais do consumista.
- E. Os itens elencados no poema comprovam que o eu lírico busca aquisição de itens de primeira necessidade.

14- A expressão ‘demitto-me de ser eu’ indica que o eu lírico:

- A. ignora o consumismo de maneira pura e inocente.
- B. talvez não goste de agir de forma consumista, mas mesmo assim o faz.
- C. prefere agir de forma independente e disfarça-se com objetos de consumo.
- D. consegue ficar alheio ao consumismo de todos que o cercam.
- E. não deseja ter amizade com pessoas sem as mesmas posses que ele.

15- O vocábulo ‘sentinte’ não aparece nos dicionários, porém é possível classificá-la e definir seu significado no contexto. A opção correta acerca desse vocábulo está na alternativa:

- A. adjetivo – aquele que sente
- B. substantivo – aquele que consome
- C. advérbio – dá circunstância de modo
- D. verbo – ato ou ação de sentir
- E. pronome – posse de sentimentos

**2ª PARTE**

**25 QUESTÕES CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

16- Analise as proposições a seguir e julgue-as com V para verdadeiro e F para falso.

- ( ) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- ( ) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- ( ) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- ( ) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- ( ) A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada através de lei ou decreto específicos.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta de respostas:

- A. V, F, V, V, F.
- B. F, V, V, V, F.
- C. F, V, F, V, V.
- D. F, F, V, F, V.
- E. V, V, V, V, V.

17- O servidor público investido no mandato de Prefeito:

- A. Ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sem direito de optar pela sua remuneração.
- B. Perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo de Prefeito, desde que haja compatibilidade de horários.
- C. Será filiado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social – INSS.
- D. Será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- E. Caso opte por ficar afastado de seu cargo de origem, seu tempo de serviço não será contado.

18- Acerca das regras estabelecidas na Constituição Federal para Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, analise os itens a seguir:

- I. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- II. O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

- III. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
- IV. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.
- V. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Assinale a alternativa correta:

- A. Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- B. Há apenas um item incorreto.
- C. Apenas os itens II, IV e V estão incorretos.
- D. Apenas os itens I e IV estão incorretos.
- E. Todos os itens estão corretos.

19- Assinale a alternativa que traz informações incorretas quanto à aposentadoria do servidor público abrangido pelo Regime Próprio de Previdência Social:

- A. A aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho será concedida, no cargo em que o servidor estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo.
- B. A aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar poderá ter idade e tempo de contribuição diferenciados desde que estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo.
- C. A aposentadoria compulsória ocorrerá aos 75 (setenta e cinco) anos de idade e será concedida com proventos integrais.
- D. Os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo.
- E. As idades mínimas para aposentadoria, no âmbito da União, são 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem.

20- Sobre as taxas, assinale a alternativa correta:

- A. As taxas poderão ter como base de cálculo a mesma base de cálculo estabelecida para um imposto.
- B. Os Municípios podem instituir taxas decorrentes de obras públicas.
- C. As taxas devem ter caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

- D. As taxas podem ser instituídas em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- E. As taxas só podem ser instituídas no âmbito municipal.

21- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são proibidos de, exceto:

- A. Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- B. Utilizar tributo com efeito de confisco.
- C. Instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- D. Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
- E. Cobrar tributos sobre importação de produtos estrangeiros no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

22- No tocante à repartição das receitas tributárias, assinale a única alternativa que apresenta informações incorretas:

- A. Pertencem aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- B. Pertencem aos Estados 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- C. Pertencem aos Municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios.
- D. Pertencem aos Estados o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- E. Pertencem aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios distribuída aos Estados.

23- Julgue as proposições abaixo com V para verdadeiro e F para falso.

- ( ) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis.
- ( ) A competência da União para emitir moeda é exercida correntemente pelo Banco Central e Casa da Moeda.
- ( ) O Banco Central é proibido de conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

- ( ) O Banco Central é proibido de comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.
- ( ) A elaboração e a execução de planos e orçamentos devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta de respostas:

- A. V, F, V, F, V.
- B. V, V, F, F, V.
- C. F, F, V, V, V.
- D. V, V, V, F, F.
- E. V, V, V, V, V.

24- A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social. Sobre essas contribuições, não se pode afirmar:

- A. Poderão ser cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.
- B. Quando houver déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.
- C. Poderá ser instituída contribuição extraordinária, no âmbito da União, dos servidores públicos ativos, dos aposentados e dos pensionistas, quando necessária a equacionar o déficit atuarial.
- D. As contribuições ordinárias poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.
- E. Quando houver déficit atuarial, poderá ser instituída contribuição extraordinária, que será instituída isolada ou cumulativamente com outras medidas, vigorando até que o déficit seja equacionado.

25- As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual podem alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios. Acerca de tais emendas, é incorreto afirmar:

- A. Os recursos transferidos através dessas emendas integram a receita do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo.
- B. A alocação de recursos através dessas emendas poderá ser realizada por meio de transferência especial ou de transferência com finalidade definida.
- C. Os recursos transferidos através dessas emendas não poderão ser utilizados no pagamento de encargos referentes ao serviço da dívida.
- D. O ente federado beneficiado da emenda cuja alocação de recursos ocorra mediante transferência especial poderá firmar contratos de cooperação técnica para fins de subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária na aplicação dos recursos.

E. Os recursos que forem alocados através de transferência especial serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere.

26- Caso seja apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, poderão ser aplicados os seguintes mecanismos de ajuste fiscal, enquanto permanecer a situação, exceto:

- A. Proibição de criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa.
- B. Vedação à adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo.
- C. Vedação à realização de concurso público, a qualquer título.
- D. Proibição da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.
- E. Vedação à criação de despesa obrigatória.

27- De acordo com o que estabelece a Lei de Improbidade Administrativa, o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos:

- A. Apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- B. Às mesmas sanções aplicáveis ao autor da herança.
- C. Apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança.
- D. Não terá responsabilidade, pois a responsabilização estabelecida por esta lei é personalíssima.
- E. Apenas à obrigação de repará-lo por todo o patrimônio transferido, ainda que exceda os limites do valor da herança.

28- Abaixo estão apresentadas as espécies de atos de improbidade e algumas condutas. Correlacione o tipo de ato de improbidade com a conduta apresentada.

- I. Ato de Improbidade Administrativa que Causa Prejuízo ao Erário
- II. Ato de Improbidade Administrativa que Atenta Contra os Princípios da Administração Pública
- III. Ato de Improbidade Administrativa que Importa Enriquecimento Ilícito

- ( ) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- ( ) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- ( ) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

- ( ) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
- ( ) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- ( ) Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta:

- A. I, II, I, III, III, II.
- B. III, III, II, I, II, I.
- C. I, II, I, III, II, III.
- D. II, III, II, I, II, I.
- E. III, II, II, I, III, I.

29- Quanto à Lei de Orçamento, está incorreto o que se afirma em:

- A. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
- B. A Lei de Orçamento consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos.
- C. A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar.
- D. A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.
- E. Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender a sua cobertura.

30- Sobre créditos adicionais, não se pode afirmar que:

- A. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- B. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.
- C. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.
- D. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- E. Entende-se por créditos adicionais especiais os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

31- Sobre a lei orçamentária anual, assinale a alternativa incorreta.

- A. É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- B. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- C. As despesas do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária.
- D. O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.
- E. A lei orçamentária consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro ainda que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei.

32- Ao final de um bimestre, caso seja verificado que a realização da receita poderá não atingir o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público poderão promover a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. Nesse contexto, analise os itens a seguir:

- I. Serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- II. Caso os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promovam a limitação no prazo de sessenta dias, o Poder Executivo não está autorizado a limitar os valores financeiros.
- III. Se houver o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados se dará de forma proporcional às reduções efetivadas.
- IV. Não serão objeto de limitação as despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Assinale a alternativa correta:

- A. Há apenas um item verdadeiro.
- B. Apenas o item III é falso.
- C. Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- D. Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- E. Todos os itens são verdadeiros.

33- Acerca do pedido de acesso a informações, na forma da Lei de Acesso a Informações, não é correto afirmar:

- A. Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet.
- B. O pedido de informações poderá ser apresentado por qualquer interessado.
- C. Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

- D. Os órgãos e entidades do poder público podem exigir que o requerente informe os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- E. O pedido de informações pode ser realizado por qualquer meio legítimo, devendo conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

34- Ainda sobre o pedido de acesso a informações, caso o mesmo seja indeferido, o interessado poderá interpor recurso contra a decisão, dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, no prazo de:

- A. Cinco dias, a contar da sua ciência da decisão.
- B. Dez dias, a contar da sua ciência da decisão.
- C. Quinze dias, a contar da publicação da decisão.
- D. Vinte dias, a contar da publicação da decisão.
- E. Trinta dias, a contar da sua ciência da decisão.

35- O prazo máximo de restrição de acesso à informação, de informação classificada como ultrassecreta, é o seguinte:

- A. 15 (quinze) anos, vigorando a partir da data de sua produção.
- B. 5 (cinco) anos, vigorando a partir da data de sua declaração como informação ultrassecreta.
- C. 10 (dez anos), vigorando a partir da data de sua produção.
- D. 30 (trinta) anos, vigorando a partir da data de sua declaração como informação ultrassecreta.
- E. 25 (anos), vigorando a partir da data de sua produção.

36- De acordo com o que estabelece a Lei de Acesso a Informações, não se pode afirmar:

- A. O serviço de busca e de fornecimento de informação deve ser realizado, em regra, mediante a cobrança de taxa.
- B. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.
- C. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.
- D. A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.
- E. É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

37- Fulano de Tal falsificou guias e recibos de arrecadação municipal as quais apresentaria como se houvesse efetivamente feito os pagamentos que não fez. Nesse caso, Fulano de Tal cometeu qual crime contra a fé pública?

- A. Falsificação do selo ou sinal público.
- B. Falsificação de papéis públicos.
- C. Falsificação de documento público.
- D. Falsidade ideológica.
- E. Falsidade material de atestado ou certidão.

38- O Código Penal define como crime diversas condutas que podem ser praticadas pelo funcionário público. Dentre tais condutas encontra-se a seguinte: “Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.” A conduta descrita configura qual dos crimes abaixo indicados?

- A. Peculato
- B. Concussão
- C. Corrupção Ativa
- D. Corrupção Passiva
- E. Excesso de Exação

39- Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei configura o crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no Código Penal como um crime contra a Administração Pública. Para este crime, é prevista uma pena de:

- A. Reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.
- B. Reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.
- C. Detenção, de três meses a um ano, ou multa.
- D. Detenção, de um a três meses, ou multa.
- E. Detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

40- O crime de abandono de função, quando do fato resulta prejuízo público, é apenado com:

- A. Detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.
- B. Detenção, de três meses a um ano, e multa.
- C. Detenção, de um a três anos, e multa.
- D. Detenção, de seis meses a três anos, e multa.
- E. Detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.